

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 1999, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil, novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:30 horas, a 1ª secretária do Conselho, Sônia dos Santos, iniciou a reunião convocando o presidente da Mesa Diretora, Dr. Marílio Malagutti, informou que precisaria de dezenove pessoas para o quorum mínimo para dar início a reunião, fez a leitura de pauta: 1 – Discussão sobre o início e término das plenárias do CMS; 2 – Votação do projeto de combate ao pernilongo da Dengue, cuja apresentação e discussão foram feitas na reunião do dia 08/10/98; 3 – VI Conferência Municipal de Saúde; 4 – Retirada de delegados para Comissão Organizadora do Orçamento Participativo da Cidade; 5 – Discussão sobre o Jornal da SMSA; 6 – Informes gerais. Apesar dos informes estarem no final e não precisar de quórum, a mesa entendeu em começar pelo mesmo, que serão usado meia hora, e no máximo dez pessoas, até que dê tempo para que haja quórum para começar a pauta da mesa. Pede que se faça as inscrições com o 2º secretário, João Athayde, e que seja apenas três minutos, pois não serão feitas discussões em cima de informes. Pede que o governo indique um suplente para o conselheiro Leonardo, pois o mesmo saiu na reunião passada e foi substituído pelo conselheiro Luciano que está como efetivo, porém o suplente está vazio, pede que esta indicação seja a mais rápida possível e que passe a questão para a secretaria executiva do CMS. Outro informe é que existem duas vagas para retirada de delegados à Comissão Organizadora do Orçamento Participativo das cidades. São duas vagas para usuários, suplente e efetivo e para trabalhadores. O primeiro inscrito é o senhor Garcia que informa sobre um ato público convocado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais em defesa dos estados e municípios, onde será criada uma frente parlamentar ao vereador Paulo Augusto dos Santos. O conselheiro Evaristo Garcia, sugere à mesa que no dia 16/03/99 seja feito um painel com os deputados, Sérgio Miranda e Jandira Fegalli, de como os municípios capacite para trabalhar com os recursos do Orçamento e fundo sociais. Informa que os dois deputados são especialistas: um em orçamento da república e a deputada Jandira em Recursos dos Fundos Sociais. Pede que se faça uma mesa com os vereadores do interior e discuta com os mesmos, como eles buscam recursos junto ao orçamento federal e trabalhar com os recursos dos fundos sociais, para acabar com o fluxo migratório dos doentes. Informa também sobre a homologação da Lei 7538, que cria a administração pública municipal o registro de demanda parlamentar populacional não atendida. Em seguida o conselheiro Júlio informa sobre o recebimento de uma denúncia dos funcionários terceirizados da Empresa Sudoeste Serviços, em relação à insalubridade que está sendo cortada pela empresa. Informa que a funcionária da empresa disse que quando foi admitida pela primeira vez, tinha um salário de R\$ 395 reais, com a empresa base, e quando este contrato foi encerrado com a prefeitura, a base perdeu e passou para a Empresa Trade Rio, que estabeleceu o seguinte: pagariam um salário de R\$ 220 reais e renovariam o contrato e quem não quisesse renovar o contrato nessas condições seriam demitidos. Após um ano e onze meses o contrato acabou e a empresa Sudoeste ganhou a concorrência, permanecendo o salário de R\$ 220 reais, até a presente data, com a insalubridade. No mês de janeiro foi pago um salário de R\$ 200 reais, onde foi cortado a insalubridade por uma carga horária de oito horas por dia de segunda a sexta-feira e eles trabalham nas unidades de saúde. O conselheiro Júlio pediu para que a secretaria averiguasse se está legal este procedimento e que se encaminhe para Câmara Técnica de Recursos Humanos para avaliação desta situação com os funcionários. A seguir a 1ª secretária, Sônia Santos, informa que os conselheiros Antônio Guimarães e Jaime Caetano, justificaram a ausência. A conselheira distrital Maria Brasilina pede à mesa desculpa e passa a vez à Sulimar, da Comissão Local de Saúde do Primeiro de Maio, que informou que o Posto de Saúde Primeiro de Maio, foi fechado, sem nenhuma comunicação de que ia fechar, sem ter dado tempo para se ter outra alternativa, que distribuiu os profissionais de saúde para outros postos, fato este que causou muita estranheza à comunidade, pois não se fecha um posto de saúde sem planejamento para com a comunidade, declarou que houve planejamento somente dentro da Secretaria pois no dia do fechamento eles já estavam com a listagem pronta encaminhando os pacientes para outros postos. Este fato levou a comunidade do Primeiro de Maio a se reunir com a Paróquia de todos os santos, e conversaram com a Regional e o secretário. A participante Sulimar informou que o secretário fez a proposta de agilizar uma verba para o OP 2000, para a construção de um posto no bairro vizinho, a comunidade por sua vez, achou que a proposta do senhor secretário, não era solução para curto prazo, então foi oferecido uma igreja, cinco salas, dois banheiros e um hall, para atendimento, mas não conseguiram que os profissionais do antigo posto voltassem para lá, propõe oficialmente para o CMS, para que se tire uma comissão para estudar e encaminhar esta questão, pois tentaram um diálogo com a secretaria e não conseguiram, declarou que existe somente monólogo entre a comunidade e a secretaria. Informou também a questão dos hipertensos, como uma inversão de demanda, que quando eles passassem mal eles iriam à Policlínica e de lá para os Postos de Saúde. Declara ser uma situação absurda, pois a Policlínica não é serviço primário. A 1ª secretária Sônia, informa que a proposta da participante Sulimar deverá ser passada pela CTRH e CTCA. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, faz uma intervenção, e pede que com relação ao Primeiro de Maio, seja feito um encaminhamento diferente, que a forma, como foi fechado foi um absurdo, sem que o CMS fosse avisado, pede que o CMS exija que seja aberto imediatamente o Posto de saúde independente do laudo que for apresentado, informou também que estiveram lá na comunidade junto com o Roberto e João Athayde representando o CMS e declara que o que aconteceu com uma comunidade, foi uma aberração, na oportunidade estavam presentes também nesta reunião três vereadores: Jô Moraes, Paulão e André Quintão e uma representante do vereador Dr. Brasil. informou que estas quatro pessoas pediram que se fizesse uma audiência pública na Câmara Municipal sobre a questão de fechamento do Posto, questionou sobre a posição do Conselho nesta situação, alegou que não foi discutida nenhuma forma e nenhum fórum, sobre o fechamento do Posto. Declarou que ficou sabendo ontem do fechamento de outro posto porém não quis citar o nome e prioriza a discussão do BH-Saúde no Seminário. Informou que a situação dos postos de saúde está grave

68 e não tem sido tomado nenhuma providência, informou também que foram apresentados três alternativas e
69 nenhuma delas foram aceita pela SMSA, reafirmou a proposta para que se abra imediatamente o Posto de Saúde
70 Primeiro de Maio e outro que foi fechado ontem imediatamente ou que se dê alternativa urgentíssima para os
71 casos acima citados. A 1ª secretária Sônia Santos, informou que estão nos informes e qualquer denúncia que
72 esteja nos informes tem que ser encaminhada para mesa diretora ou para as Câmaras Técnicas para que
73 posteriormente encaminhe a situação. Informou que o regimento diz isto e que tem que ser seguido. Em seguida
74 chama o conselheiro Luciano e pede que ele fale em três minutos e que o plenário não interrompa. O conselheiro
75 Luciano informou que nos dias 22 a 26/02/99, será realizado pela Secretaria um grande mutirão de limpeza
76 contra Dengue no anel rodoviário, diz que é uma jurisdição federal e que é a primeira vez que vai ter uma
77 intervenção deste tipo e que é uma ação conjunta das regionais Pampulha e Nordeste, e nestes dias será feita
78 uma mobilização da comunidade, dos adotantes, irão intervir a SUDECAP, SLU e a manutenção de ambas
79 regionais. O conselheiro Luciano pede que a partir de agora as pessoas sejam breves para passar o 1º ponto de
80 pauta. A 1ª secretária Sônia, informou que as inscrições já estão encerradas e avisou a todos que já dado quórum.
81 O conselheiro Evaristo Garcia, indagou quem iria julgar? Alegou que abriram um precedente imperdoável,
82 informa também que foi pedido uma audiência ao Secretário Estadual de Saúde para que seja denunciado várias
83 irregularidades que estão prejudicando aqui em BH o trabalho do CMS, sugere que a mesa peça a funcionária
84 Rosalina e o conselheiro José Osvaldo que façam uma pauta e passe para mesa marcar o dia desta audiência. O
85 participante Rogério informou que segundo ele sabia, que o CMS em reunião no mês de Dezembro de 1998,
86 onde foi discutido a política de distribuição de medicamentos da SMSA e determinado que nenhuma medida que
87 ferisse o princípio da universalidade fosse tomada. Informou que na semana passada foi realizado um
88 treinamento, em todas as regionais, com as pessoas responsáveis pelas farmácias dos Postos de Saúde, onde se
89 implantou uma política de medicamento que nega a uma criança por morar em Neves, a poucos quilômetros do
90 Posto de saúde a qual o mesmo faz parte, uma receita de Amoxil, antibiótico, considera a política contrária à
91 decisão do Conselho, acha que a política exclui as pessoas que mais necessitam, fazendo com que se crie
92 dificuldades para os usuários de BH, que terão que receber certos tipos de medicamentos somente naquelas
93 unidades que estão cadastrados, informou que a implantação desta política fere os princípios fundamentais do
94 SUS e o que foi discutido no CMS. Informou também que está faltando nos Postos de Saúde medicamentos
95 básicos como: Metildopa, Nifetipina, e etc., pediu que o CMS volte a discutir a política de distribuição de
96 medicamentos. A conselheira Betânia dá informes sobre o I Seminário do BH Saúde e que todos os conselheiros
97 já receberam sua ficha de inscrição, assim como as Comissões Locais e os Distritos, pede a agilização dessas
98 inscrições, principalmente dos conselhos locais, faz a leitura da programação do Seminário. “O Seminário irá
99 começar dia 26/02/99, à noite, a mesa de abertura contará com autoridades e a apresentação do Projeto BH-
100 Saúde e serão apresentados dois Projetos BH-Saúde. Na sexta-feira será feita a apresentação do painel com os
101 expositores. O painel é Política de Saúde, os expositores serão: Cid Veloso, Túlio Batista e Francisco Campos
102 que é do NESCON e Ivan Batista de Betim. Após os expositores terá um debate e à tarde será a conclusão do
103 Seminário. Pediu a todos os conselheiros que se empenham junto às Comissões Locais, ao fazer as inscrições
104 pois até o momento foram feitas somente 20 inscrições e são 250 vagas. Informou que o prazo para as inscrições
105 terminará dia 22/02/99. O conselheiro João Athayde informou que aos informes são dados dez inscrições e todos
106 os conselheiros tem direito de dar a informação, independente se o conselheiro tenha dando informação
107 semelhante, diz que a forma de informar é de responsabilidade de cada conselheiro. Informou sobre um convite
108 do movimento popular das mulheres que será realizado amanhã, um encontro como o governador Itamar Franco
109 de apoio à política de Itamar em defesa do Estado, convida todas as mulheres presentes e informou que será dia
110 12/02/99, às 15:30 horas no coreto da Praça da Liberdade, informou também que com relação ao Seminário BH-
111 Saúde, lembra aos conselheiros que existe um mote neste Seminário que não poderá ser abdicado, que é a
112 questão constitucional, que garante o SUS com o direito universal, informou que foi convidado como
113 conselheiro para participar da reunião do Primeiro de Maio e como tal lembra a importância da localização do
114 Centro de Saúde Primeiro de Maio, por atingir uma área de mais carentes de Belo Horizonte. O conselheiro
115 Antônio Gomes referiu-se a fala do conselheiro Luciano sobre o mutirão do anel rodoviário, denunciou a invasão
116 do anel, que no local onde mesmo mora, que é na avenida principal, a invasão é enorme na margem da Rodovia,
117 onde será feito a segunda pista, informou que o DNER – Departamento Nacional de Estrada e Rodagem não tem
118 tomado providência, que foram feito muitos buracos e valetas impedindo a visão de todos e que a situação está
119 um caos, denunciou que os invasores estão sujando o local, jogando lixo, entulhos, etc. A 1ª secretária, Sônia
120 informou que o último informe foi dando e anuncia que o Secretário Marílio Malagutti, irá esclarecer sobre o
121 Posto de Saúde Primeiro de Maio. O secretário Marílio Malagutti informou que o imóvel era cedido à prefeitura
122 em precárias instalações, e que o mesmo estava começando a rachar as paredes. A SMSA foi comunicada e
123 chamada com relatório de Engenharia e que precisariam talvez mudar de local, informou que esteve presente no
124 local com o administrador regional, um chefe de distrito e algumas pessoas da comunidade e ficaram de ver uma
125 solução, qual alternativa, pois era necessário o relatório da Engenharia para consertar o Posto, pois havia a
126 possibilidade de desabamento. O Secretário Marílio declarou que ficou encaminhado da seguinte forma: foi feito
127 um relatório da engenharia e posteriormente, alguns dias ou semanas depois ele foi comunicado pelo chefe do
128 departamento e coordenação e ação à saúde; o conselheiro Leonardo e também através de um telefonema da
129 regional Norte, que o posto estaria absolutamente inviável, sobre o risco de desabamento e que houve o relatório
130 da engenharia, de que deveria desocupar o Posto. Declarou que diante da eminência do desabamento, pelo
131 relatório que tiveram dos técnicos, o Posto teve que ser transferido. O secretário Marílio Malagutti diz que após a
132 conversa com o Leonardo, juntamente com a administração regional e com o distrito sanitário, foi feita a
133 colocação que tinha três postos de saúde mais próximos e que iriam remanejar o pessoal para esses postos para
134 diante da demanda, atender de imediato as pessoas do Primeiro de Maio. O secretário declarou que isto foi feito,
135 segundo o conselheiro Leonardo, disse que posteriormente foi pedido uma audiência pelo Padre Pitti e por

136 algumas pessoas da Comunidade, o qual foi realizada e que na conversação foi colocada que a distribuição das
137 pessoas nos três postos, mais próximos, não atendia à demanda da Comunidade. Então, o secretário solicitou que
138 fosse marcado uma reunião no bairro, a reunião foi marcada pelo Padre Pitti, essa reunião aconteceu com as
139 lideranças da comunidade, e foi discutido entre outras coisas, a questão de um posto de saúde para o Primeiro de
140 Maio. Declarou que foi informado que o Orçamento Participativo tinha aprovado uma verba em torno de 500 mil
141 reais, para fazer um posto numa casa que foi comprada lá no Primeiro de Maio mesmo. Informou que foi
142 aprovado no Orçamento Participativo, porém a discussão no dia da reunião foi: se o Centro de Saúde seria nesta
143 casa ou no CAC que é um Centro Social existente no Primeiro de Maio. O secretário Marílio Malagutti,
144 informou que foi pessoalmente junto com as pessoas, após interromperem a reunião, até o CAC para ver as
145 condições do lugar, que considerou como sendo uma área muito boa, com mais ou menos 600 metros quadrados,
146 em um terreno firme e que em reunião ele pessoalmente achou que o Posto deveria ser construído lá, um Posto
147 amplo que pudesse atender toda aquela região, que seria um Posto de Saúde decente, já que a verba de 500 mil
148 reais está prevista no Orçamento Participativo. Informou que ficou acordado que o secretário Marílio Malagutti,
149 iria defender isto junto ao governo municipal, que se construísse um Posto, decente como não existe até hoje do
150 porte, como que vai ser construído no CAC, no Primeiro de Maio, declarou que assumiu este compromisso com
151 a comunidade do Primeiro de Maio, que defenderia isto, pois acha que era melhor que a casa comprada lá por
152 um preço absurdo e que o lote é pequeno. Informou também que com relação à casa comprada resolveria depois
153 o que fazer. Após este acordo, o Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti, disse que procurou a
154 prefeitura, conversou com o prefeito Célio de Castro e disse à ele que era preciso fazer um posto no Primeiro de
155 Maio, pois o outro caiu ou vai caindo, falou sobre o deslocamento do pessoal para outras regiões e da carência de
156 assistência à saúde na região. O secretário declarou que o prefeito Célio de Castro concordou a princípio, e
157 informou ao prefeito que era do Orçamento Participativo. O secretário Marílio Malagutti diz que falou para o
158 conselheiro olhar sobre o assunto da Igreja e se houvesse viabilidade implantasse um Posto para fazer pelo
159 menos o atendimento básico? Disse que o conselheiro Leonardo saiu, por isto não foi feito isto, a seguir passou a
160 incumbência para Vera do Distrito Norte que é chefe do Distrito, para discutir sobre o assunto com o Padre Pitti
161 e ela propôs que se colocasse lá um pediatra, um clínico, o secretário Marílio Malagutti informa que concordou
162 perfeitamente com a proposta da Vera e pediu que a mesma acertasse com o Padre Pitti, uma pessoa que está na
163 região há muitos anos e que merece o respeito do secretário como militante social. O secretário Marílio
164 Malagutti disse que ficou decidido isto, porém não sabe em que pé está, declarou que com relação ao Centro de
165 Saúde que seria construído no CAC, esteve ontem em reunião com o Secretário de Planejamento, o Secretário da
166 Fazenda e com o prefeito Célio de Castro, foi colocado novamente a questão do Posto de Saúde Primeiro de
167 Maio, se possível, sem a participação da SUDECAP e que a SMSA assumiria o projeto estrutural e arquitetônico
168 que a obra sairia mais barata e melhor e que esta obra seria fiscalizada pela comunidade, como pedreiros e
169 mestre de obras que estavam na reunião poderiam formar uma comissão para fiscalizar a obra. Declarou que
170 ontem foi acertado com a Secretaria de Planejamento que o dinheiro do OP vai ter que virar prioridade para o
171 Primeiro de Maio, e que vai encaminhar se possível hoje ou amanhã um documento para o planejamento, um
172 documento para que se libere parte desses recursos desses 500 mil reais para que se inicie a obra o mais rápido
173 possível, declarou também que esta é a última decisão, informou que foram discutir isto com o prefeito, não
174 como Secretaria, mas como decisão de governo. Informa que com relação a proposta do Padre Pitti para a
175 instalação de Posto de Saúde na Igreja, declarou não saber, pois não foi lá para ver, e se for o melhor que se
176 encaminhe isso. Informou não saber porque a chefe do Distrito Norte, Vera não compareceu a esta reunião, disse
177 que em relação aos remédios não dará tempo para discussão hoje pois a conversa seria longa, informou que
178 pediu a Vicencina para comparecer a reunião e que se a secretaria gastava 500 mil de remédio, hoje gasta muito
179 mais e o que pode estar ocorrendo é que alguém esteja levando para casa, pois a SMSA não quer prejudicar
180 ninguém, informou que a Lei é clara, que o gestor do SUS é responsável pelos medicamentos básicos, porque
181 estão com dificuldades financeiras para comprar, e alguns estão faltando, informou que Vicencina sabe disto.
182 Declarou que o Prefeito e Secretário Municipal de Saúde das cidades: de Sabará, Ibirité e Santa Luzia parassem
183 com esta calúnia de falar em universalidade. Disse que universalidade é responsabilidade dos prefeitos e
184 secretários municipais, que tem que gerir, informou que ele é o Secretário de Belo Horizonte e é responsável por
185 BH e que não tem recurso para dar remédio para o estado todo, alegou que falta medicamento em BH, porque
186 100 mil reais vai para o interior, no mínimo. Após a fala do secretário houve início de um tumulto que foi
187 rapidamente controlado pela 1ª secretária Sônia. A seguir a 1ª secretária Sônia, convoca Silvana para dar
188 esclarecimento porém a mesma se recusa, informou a discussão do segundo ponto de pauta que é o início e
189 término das Plenárias do CMS, pede que se faça as inscrições com o 2º secretário João Athayde. A 1ª secretária
190 Sônia Santos, informou que esta proposta foi feita pelo governo e usuários também, pediu que houvesse respeito
191 com todos, inclusive que se obedecesse o tempo permitido a cada representante. O conselheiro Antônio Carlos,
192 chama a atenção da mesa diretora por ter aberto à mesa de resposta para o secretário, disse que era informe. A
193 seguir fez a proposta de um teto: três horas de reunião. E que o informe não seja no início, que a pauta seja até as
194 17:00 horas e o informe até as 17:30 horas e o que ficasse pendente discutiria se iria continuar a reunião ou não.
195 O conselheiro Evaristo Garcia defende a proposta do Conselho que é abrir o coração da pessoas, que é resolver a
196 questão de saúde em Belo Horizonte. Acusa a mesa de ter cometido uma ato falho: o informe do Primeiro de
197 Maio, declara que a mesa teria que ter mandado para a avaliação da Comissão Técnica e que se quisesse
198 discussão teria que marcar uma pauta para outro dia. Acusa alguém de ter feito provocação, agressão na reunião,
199 que veio para trazer revanche ao secretário e que nas reuniões do Conselho não é lugar para isto, para se fazer
200 política. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho contestou a mesa por abrir a fala ao Secretário e
201 denunciou o secretário de tê-lo chamado de palavras de baixo calão. Disse que o informe tem que ser no início.
202 O conselheiro José Bonifácio declarou que há seis anos faz parte do conselho e nunca viu tanto desrespeito de
203 ambas as partes, citou que anteriormente, ou seja nas primeiras gestões, o início da plenária era aberto pelo

204 secretário com as comunicações oficiais e logo em seguida as comunicações importantes do que estava
205 acontecendo de importante em Belo Horizonte, com relação à assistência. Diz que nesse clima não se faz política
206 de saúde, pede-se que não se entre em provocações e acusa algumas pessoas de estarem instando que o Conselho
207 vire bagunça e não encaminha a proposta necessária, que é uma política de saúde, propõe que a reunião se inicia
208 às 14:30 e que a primeira meia hora seja de comunicações importantes, tanto oficial quanto de conselheiros e o
209 término às 17:30 horas, pede que as pessoas se dêem respeito para que seja respeitado. O conselheiro Paulo
210 Roberto Souza Lima, defende a análise das grandes contradições que acontecem, porém tem que haver
211 ponderação e que a mesa tenha pulso suficiente para impor uma regra de civilidade como exemplo é ter início,
212 meio e fim, declarou que a agenda de diretores de distrito é muito pesada o que não os disponibiliza para todos
213 os compromissos, acha saudável duas horas de duração e que pautasse de 14:30 às 16:30 horas e que se cumpra a
214 pauta e os informes e se achar que o tema do informe é importante que se pautem para outra reunião, seja ela
215 extraordinária ou não. Pede que junto com a fixação dos horários de início e final das reuniões que se revisasse a
216 questão do quórum não se pode decidir questões de importância, quando a maioria dos efetivos e dos suplentes,
217 não estão presente. O conselheiro Luciano declarou que o conselheiro Paulo Roberto de Souza Lima,
218 contemplou metade da sua fala, porém mantém a proposta de informe para o final, que a mesa diretora ao fazer a
219 pauta que liste os assuntos, e tem que obedecer os assuntos. Propõe que a reunião se inicie às 14:30 horas em
220 ponto e vai até às 16:30 e das 16:30 às 17:00 horas seja dado os informes porque ficando os informes para o final
221 não se permite o debate, pois na verdade estão sendo colocados proposições e no caso de ser relevante, a mesa
222 avalia se convoca não para outra reunião. Informou querer um conselho forte, participativo, não um que lá para
223 as 18:00 horas tenha menos da metade. O conselheiro João Athayde, diz que a respostas da secretaria não seja
224 dada em cima da reunião, deve-se levar as questões colocadas nas reuniões do Conselho, para depois refletir e
225 dar uma resposta conclusiva, para que não aconteça, o que está registrado em pauta: o desvario do secretário,
226 pede que a mesa dê encaminhamento para a próxima reunião. A conselheira Anadil pede para que se preserve a
227 boa educação no Conselho. Diz que o secretário fala “Tais Palavras” e que na casa que o pai da maus exemplos,
228 vira uma bagunça, disse que o secretário tem que mudar a palavreado dele ou então calar a boca, pede que se
229 meça as palavras, que se crie vergonha, acusa o secretário de não se conter. Diz que ele não aprende isto, e se
230 não aprender que deixe o cargo. A 1ª secretária anuncia que o assunto é polêmico e que já existem 13 inscrições
231 a seguir consulta o plenário se aceita mas inscrições o plenário não aceita e a reunião continua. A participante
232 Maria Brasilina, reivindica um posto médico no Primeiro de Maio, fala que a proposta do Padre Pitti, sobre a
233 implantação de um posto médico na Igreja foi rejeitada. O conselheiro José Osvaldo, propõe que a reunião
234 começasse, às 14:30 e terminasse às 17:30 horas, porém seguir corretamente o artigo 43, que lê a seguir: A –
235 abertura e verificação do número de presentes; B – Aprovação da ata da reunião anterior; C- Leitura de
236 expediente comunicações, requerimento, moções, indicações e proposições; D- Discussão e deliberação do
237 plenário sobre as matérias em falta; E- Discussão dos processos pela liberação dos respectivos pareceres por
238 parte das Câmaras Técnicas; F – Elaboração da pauta da reunião anterior e assuntos gerais. Após a leitura do
239 artigo 45, o conselheiro José Osvaldo, diz que com relação aos assuntos gerais que se alguma comunidade quiser
240 trazer, que se o último, porém se for comunicação tudo bem, mas que trouxessem temas para a discussão que
241 seja da seguinte maneira: que se a Comissão Local de Saúde tem uma determinada demanda, para se colocar, que
242 seja feito antecipado, por escrito para a mesa diretora pautar o assunto, para que os informes não virem debate,
243 como aconteceu. O conselheiro Cornellis, declara que o conselheiro José Osvaldo falou o que ele queria falar,
244 que já existem regras, que estão no regimento interno e que regras são para ser cumpridas, pois sem regras abre-
245 se oportunidade para oportunistas entre com outros assuntos, declara que toda democracia existe regra. Diz que é
246 claro que a mesa pode lembrar que a pauta pode ser modificada, desde que algum ponto importante que aparecer
247 como informe poderá ser incluído na pauta. Sugere, que nas reuniões os conselheiros fiquem sentados à frente
248 com lugares previamente reservados, pois quase sempre vêm-se outras pessoas e não se vê conselheiros. Que o
249 CMS tem que assumir a sua representatividade, que o CMS continue sendo aberto à outras pessoas que inclusive
250 possam falar, mas o que se vê não é isto é uma baderna. A conselheira Joana pede que os companheiros
251 apareçam mais nas Câmaras Técnicas em geral. Diz que o secretário, foi infeliz em sua colocação, acha que tem
252 que se acabar com as brigas e ser mais objetivo, informa que não mexe com a política na capital de forma
253 alguma, apesar de saber que tudo envolve política, acha que deve haver uma união entre os usuários e os
254 trabalhadores e governo, informou que foi citada pelo conselheiro Garcia, mas não sabe do que se trata, diz que o
255 secretário é como um chefe de família, portanto preocupa em manter os ânimos dentro de casa, acha que ele deve
256 fazer isto, e como secretário tem por obrigação manter os filhos que é o SUS, para defender enquanto houver
257 briga há perda, com relação ao tempo das reuniões diz que tem que ser definido, pois além de outros
258 compromissos, são muito cansativos. O conselheiro Júlio levanta a questão de ordem, que a mesa falasse para os
259 próximos inscritos que se baseia no 1º ponto de pauta, pois a questão do secretário várias pessoas já falaram, que
260 está sendo repetitivo e tem mais 12 inscrições e propõe que cada item abra primeiro cinco inscrições e se feche a
261 seguir e se o plenário quiser novos esclarecimentos que se abra novamente. O conselheiro Geraldo Mossem, diz
262 que com relação ao funcionamento do Conselho, há uma mês foi feita uma plenária com os usuários com
263 participação do Conselho, onde foi tirado um documento com muita clareza, baseado numa experiência de anos
264 de Conselho, disse que não é possível discutir a pauta com os informes sempre atropelando a pauta, disse que
265 não se prioriza a pauta e sim os informes, e que quem vem no Conselho para passar informe, pode-se muito bem
266 fazer isto até às 17:30 ou 18:00 horas, se for uma coisa de relevância, a mesa acata, propõe um encaminhamento
267 para a Câmara, uma plenária específica para discutir, para que o Conselho ande de modo produtiva, porque com
268 os atropelamentos traz como consequência a falta de credibilidade do Conselho. O conselheiro Sebastião diz que
269 o CAC providência conseguiu uma verba de 510 mil reais através do Orçamento Participativo e com o problema
270 que houve com o Primeiro de Maio, estão agilizando para fazer um mega posto que será ligado nesses bairros,
271 disse que não tem nada contra o Primeiro de Maio e pede que a comunidade do Primeiro de Maio não atrapalhe o

272 trabalho deles do CAC – Providência, declara que já foi medido uma área de 1500 metros para o Posto e que o
273 secretário está tentando a verba, com relação a pauta, há que haver rigor, começar 14:30 e acabar 17:30 horas,
274 que o número de itens são muitos e que cada item tenha um tempo determinado. O 2º secretário João Athayde
275 em questão de ordem o conselheiro Silvio levantou uma questão que procede e está dentro do regimento, pede o
276 encaminhamento correto e lê a seguir: “ Capítulo 9, artigo 53, parágrafo único. 1 – As propostas de alterações
277 deverão ser encaminhadas por escrito, com antecedência de cinco dias da reunião extraordinária, e declarou que
278 o CMS fez a convocação correta no prazo de cinco dias, porém não alertou sobre a questão que deveria ser por
279 escrito, pediu para que termine a discussão e não haja votação hoje e que pautar para a próxima reunião as
280 propostas por escrito, para que sejam votadas na próxima reunião do CMS. O conselheiro Paulo Roberto
281 Venâncio Carvalho declarou que sobre a discussão do Regimento Interno, terá problema para a aprovação
282 devido ao quórum que é 2/3, disse que vai ter que ser consensuado, propõe as partes que estão polarizadas na
283 reunião, se sentarem e tentar trazer uma proposta conjunta, compactuada para que seja aprovada mesmo que
284 fique para a próxima reunião. A 1ª secretária Sônia pergunta se tem alguém contrário a questão de ordem
285 levantada pelo conselheiro João Athayde. O conselheiro Silvio diz que deve se colocar em votação, se deve
286 conduzir e decidir porque o Regimento Interno é de funcionamento do Conselho, se é uma plenária que decide a
287 mudança, terão que se ater a uma questão formal, documental, convocatória para se discutir, conclui enfim
288 manter a discussão agora e ver quais propostas concretas que tem e por em votação as duas propostas. A
289 funcionária do CMS, Rosalina esclarece que o que foi discutido na mesa diretora é que deveria ser discutido o
290 horário de início e final da reunião, que é uma coisa que não está no regimento, e se houver alguma alteração de
291 regimento, de que tem muitas propostas que alteram o regimento, não dá para mudar a regra do jogo, diz que
292 nestes casos terá que se fazer uma reunião extraordinária, pautada com antecedência, convocada com 5 dias de
293 antecedência e as pessoas tem que fazer as propostas por escrito, declara que o CMS tem que seguir suas
294 próprias normas e endossa a fala do conselheiro Cornellis, diz que a alteração do regimento tem que ser feita de
295 acordo com o regimento. Em questão de ordem, o conselheiro Antônio Carlos, acrescenta que o conselheiro
296 Sebastião fez uma proposta super interessante, que o regimento vem para corrigir que a proposta tem que ser
297 consensual por escrito, que estão circulando três ordens e que os pontos da pauta são muitos, que tem que haver
298 um tempo determinado para cada ponto. A 1ª secretária Sônia informa, que já houve polêmica, será votada a
299 questão de ordem que foi votada pelo conselheiro João Athayde. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de
300 Carvalho, declara que coisas regimentais não se pode votar, pois estará quebrando o próprio regimento que
301 precisa de 2/3 para a votação, declara que o encaminhamento da Rosalina é inquestionável, diz que não é uma
302 questão de definição de força e apela para mesa que se marque uma reunião para se consensuar uma nova
303 proposta de regimento, disse que tem que se ter tempo, obedecer o regimento interno e não dar tempo de 10
304 minutos para que o secretário venha aqui e oferecer todo mundo e vá embora. A 1ª secretária Sônia, anuncia que
305 mesa irá decidir sobre o assunto, informa que o regimento permite isto. O conselheiro Cornellis esclarece que na
306 visão dele, não vê nada de importante para ser colocado em mudança de regimento. Diz que na questão do
307 horário e uma norma e conduta normal e se houver um assunto importante que se reúna uma hora a mais, no
308 mais que seja uma reunião objetiva e rápida. Com relação aos informes, está claro no regimento, tem
309 comunicações, que são comunicações, nada mais e assuntos como convocar para reuniões. Declara que tem
310 muito assunto que é apresentado como comunicação no início que deveria ser colocado no final. Tem que haver
311 disciplina e não perder tempo com várias reuniões para mudança de Regimento Interno. O conselheiro João
312 Athayde esclarece que o processo de condução da reunião é de responsabilidade da mesa diretora, ela assume a
313 responsabilidade e à medida que ela não cumpre ela é passível de punição pelo próprio conselho. Informa que
314 nesta situação a mesa diretora se sente na obrigação de na medida em que não se está cumprindo o que se está no
315 regimento, e para que se haja votação seja feita por escrito, não colocar em votação. Afirmar que estão cumprindo
316 o Regimento e irão dar prosseguimento ao cumprimento de pauta, irão marcar outra reunião e comunicar a todo
317 os conselheiros pois hoje não é dia de marcar pauta de reunião. A 1ª secretária informa ao conselheiro Luciano,
318 que chegaram ao consenso que na próxima reunião chegará tudo por escrito para inclusive não haver mais
319 polêmica e que a mesa irá encaminhar um horário e informa que quem tiver proposta de horário e de mudança de
320 regimento que traga por escrito, e a próxima reunião já vai estar determinada com horário, pela mesa diretora.
321 Em seguida a 1ª secretária, Sônia inicia o segundo ponto de pauta: - Parecer da CTCA sobre a compra de exames
322 para portadores de imunodeficiência primária, informa que terá o parecer da CTCA e que o conselheiro João
323 Athayde irá fazer e após sua fala, a conselheira Maria Teresinha e Maria Amélia pelo governo irão prestar
324 esclarecimentos sobre este ponto. O conselheiro João Athayde informa que o coordenador da CTCA, o
325 conselheiro Geraldo Mossem não estava presente, porém a CTCA assumiu e assinou o documento em seguida
326 leu o parecer: “Atendendo a solicitação do Departamento de Planejamento de Coordenação de Ação de Saúde,
327 através do serviço de apoio e diagnóstico sobre compra de exames para portadores de imunodeficiência primária,
328 conforme pedido da conselheira distrital de saúde Leste, Maria Amélia de Souza Costa, tendo em vista que os
329 exames não existe na própria rede da SMSA, a compra dos exames é indispensável para os portadores da
330 Imunodeficiência primária. A CTCA recomenda ao plenário do CMS autorizar à SMSA a compra dos referidos
331 medicamentos à rede contratada ou conveniada do SUS-BH”. O conselheiro João Athayde informa que o
332 número desses exames é em torno de trinta. Diz que inclusive foi distribuído um pronunciamento pela DCAS, da
333 SMSA. A 1ª secretária Sônia, justifica a ausência do secretário Roberto e da conselheira Adélia Maria. A
334 conselheira distrital de saúde Leste, Maria Amélia pede a sensibilidade do CMS e informa que atrás deste
335 pedido, existe muito sofrimento de pessoas com este problema e que não foram diagnosticadas por falta deste
336 exame, informa que a Imunodeficiência primária são quando as crianças nascem sem defesa imunológica, ou
337 seja, sem anticorpos, diz ser mãe de um portador de imunodeficiência e que ficou 4 anos e meio sem o
338 diagnóstico do filho e que é constatado no Brasil como raro, porém percebeu-se com o passar dos anos, que há
339 oito anos está nesta luta pelo filho e todos os portadores, inclusive as vezes a doença é confundida com a AIDS.

340 Quando a criança ou adulto é diagnosticado, é encaminhado ao Hospital Oreste Nizo, anexo ao Hospital das
341 Clínicas à Secretaria Estadual de Saúde, onde é garantido a medicação que é mais caro, diz que uma grama custa
342 170 reais, informa que o filho toma doze gramas que significa 1200 reais, informou que basta esse exame para
343 diagnosticar e dando seqüência a esse tratamento e controle Clínico, a criança tem vida normal, informa que o
344 filho tem 11 anos e está bem, tanto na escola como em todas as atividades, graças ao Conselho que sensibilizou
345 com a causa dela e a luta, informou que querem que a população tenha o direito a esse exame que não existe na
346 rede pública, informa que existia no HC há 3 anos atrás, mas hoje não existe, informou que o número de 30 são
347 de portadores controlados pelo Oreste Nizo, a falta de exames levam a seqüelas iguais a AIDS, como infecções
348 repetitivas, até cair ao óbito, pede a sensibilidade de todos e agradece, questiona porque no Conselho existe o
349 esvaziamento de usuários, conselheiros, mas nunca se perguntou o porque? Informa que talvez o motivo seja o
350 desequilíbrio ocorrido hoje na reunião, diz que tinha convidado o Dr. Tornele, Imunologista para comparecer à
351 reunião, porém ele não compareceu e declara que se o mesmo estivesse comparecido não sabia como explicar tal
352 desequilíbrio. Em seguida a representante do serviço ao apoio e diagnóstico, Maria Terezinha é convidada para
353 prestar esclarecimentos sobre o assunto, que inicia informando que o exame é relativamente raro, que a
354 necessidade é restrita aos portadores da patologia, foi feito uma pesquisa de material de consumo para fazer esse
355 tipo de material, equipamentos que seriam necessários para se fazer este exame e o custo benefício para a
356 implantação na rede é alto, pois existe a necessidade de compra de material importado para utilizar numa
357 quantidade pequena. Explica que seria feito cinco a seis exames no mês, que o parecer do serviço de apoio e
358 diagnóstico é que esse exame fosse comprado na rede privada, já que alguns laboratórios fazem estes exames e
359 que a SMSA estabeleceria um preço, de acordo com o gasto de material de consumo, declara que o código que a
360 SMSA, está usando para pagar este exame cobriria o gasto com o material de consumo, que seja feito dessa
361 forma pois irá atender tanto a SMSA quanto a necessidade da população. O conselheiro Evaristo Garcia
362 questiona se essas pessoas não podem fazer esses exames e depois o HC enviasse a fatura para o Ministério,
363 porque pelos tramitos dos laboratórios haverá muita burocracia para resolver o caso. A 1ª secretária Sônia
364 informa que serão aberto cinco inscrições para este ponto de pauta. A vice presidente da Associação dos
365 Portadores da Imunodeficiência primária, Martha passe informes dizendo que é mãe de portadora e que o HC em
366 1991 pagava para o Laboratório Hermes Pardini, hoje se faz o exame no HC, porém está sendo muito devagar
367 porque hoje se faz o CD4 e o CD8, acompanhando também os pacientes de AIDS e o exame é feito pelo
368 Laboratório da DIPI do HC pelo Dr. Dirceu Greco e Dr. Jorge Andrade Pinto, porém hoje estão com 35
369 pacientes, inclusive pacientes da Bahia, Goiás sendo a maioria de BH e interior de Minas. O conselheiro Paulo
370 Roberto Venâncio Carvalho defende a forma de pagamento para esse caso, não se pode adiar a discussão pela
371 seriedade, pede que a associação cadastre essas pessoas e passasse como informes para o CMS e SMSA, propõe
372 aprovar agora da forma que foi apresentada em reunião, porém subordinado a um cadastramento, pela associação
373 das pessoas que virão fazer o uso desses medicamentos. O conselheiro Júlio abre mão da sua fala em função da
374 não ter havido polêmica com relação a aprovação. O conselheiro Antônio Carlos concorda com a fala do
375 conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, ou seja, aprova a proposta já. A conselheira Terezinha declara
376 que as informações que ela tem do HC e que atualmente não estão sendo feitos lá as dosagens de sub classe de
377 GG e NBT, e que o HC fazia era enviar para rede privada via Hermes Pardini e atualmente Hemobel, informa
378 que como o Mecanismo é o mesmo, não vê porque a SMSA está usando o mesmo artifício ou seja, encaminhar
379 para rede privada e pagar, informa que atualmente o HC não está fazendo os dois exames, faz o CD4 e CD8 que
380 é outro tipo de exame. Um dos diretores do HC, Dr. Tarcísio diz que com relação a questão levantada em
381 reunião, não tem grandes informações, conhece o Dr. Dirceu que foi citado em reunião e informa que o HC está
382 no momento de reabertura de uma série de leitos de procedimentos e que tem todo o interesse de contribuir com
383 a rede pública no encaminhamento destas questões e se compromete a trazer informações mais técnicas, a
384 mobilizar as pessoas deste setor para trazer uma resposta mais positiva para o Conselho. A conselheira Maria
385 Terezinha fez saber que se o HC está fazendo os exames da sub classe GG, que comunique com a SMSA, que a
386 mesma comprará do HC, informa que não tem problema pois a SMSA tem um contrato com o HC e que
387 introduziria neste contrato estes dois exames, sem nenhum problema. O Secretário Municipal Adjunto de Saúde,
388 Dr. Apolo informa que tomou conhecimento deste problema com Amélia, em reunião do Conselho Distrital e a
389 SMSA, autorizou a compra destes medicamentos, ninguém é contra. Informa que quanto aos exames necessários,
390 tem que ser uma medida a curto prazo para acabar com o sofrimento das famílias, diz que o HC fez ou a SMSA
391 faz no Central ou compra de qualquer laboratório, diz que não tem que ter discussão, que tem que ser feito
392 imediatamente e que na semana após o carnaval a questão tenha resolvido de qualquer maneira. O conselheiro
393 José Osvaldo propõe que se autorize em reunião a autorização para a SMSA, fazer da melhor forma
394 independente de quem faça. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, propõe que se cadastre a
395 associação para que ela passe e acompanhe o número de pessoas que realmente tem. Pede que se coloque esta
396 questão no final, oficializando a Pink, como a responsável pelo Conselho de passar este cadastramento. A seguir
397 a senhora Maria Amélia, informa que a vice presidente da Associação está presente, informa que tem duas
398 pessoas com urgência para fazer exames e o HC sempre diz que não faz o exame sub classe, pede que o HC
399 garanta esses exames. A 1ª secretária Sônia inicia o regime de votação, proposta: aprovar por consenso o parecer
400 da CTCA adendando a questão que é uma coisa imediata e: 1 - se encaminhe para o HC e que se o HC não puder
401 fazer o exame que a Secretaria compre de algum laboratório, através de licitação e se encaminhe essas pessoas
402 imediatamente; 2 – Fica a associação dos portadores de Imunodeficiência primária – AMPIC, responsável pelo
403 acompanhamento desses procedimentos. A seguir começa a votação nominal. A 1ª Secretária, Sônia, explica que
404 tem que ser votação nominal, pois envolve despesas com medicamentos e isto é uma exigência do Ministério,
405 feita a chamada nominal a proposta 1 é aprovada com vinte e cinco votos unânime e é proclamada. Em seguida a
406 1ª secretária Sônia Santos inicia o próximo ponto de pauta que é a votação do projeto de combate ao pernilongo
407 de Dengue, cuja apresentação e discussão foram feitas na reunião de 08/10/98, informa que já foi discutido e

408 esclarecido a todos os conselheiros já foram encaminhados o projeto e diz que irão apenas votar, pergunta ao
409 plenário se é por consenso que se aprova o ponto de pauta, pergunta se tem alguém contrário. A conselheira
410 Cleide faz intervenção que é para alertar esta situação, informa que naquela época a SMSA não sabia que todos
411 os projetos que tinha que passar pela SMSA, tinha que ser aprovado pelo CMS, então eles apresentaram como
412 forma de informe, o que já tinha sido implantado como o Adote Seu Quarteirão, porém não tinha sido aprovado
413 pelo CMS, alerta para que se tome bastante conhecimento das regras do que está fazendo, para que não se
414 retroceda no que já deveria ter sido feito, diz que este convênio não precisava, está sendo feito agora, informa
415 que é a favor da aprovação, mas reafirma que tem que haver um estudo melhor das regras do CMS. A 1ª
416 secretária, Sônia Santos, informa que o ponto de pauta foi aprovado com um alerta que todos os projetos,
417 convênios da SMSA tenha que passar pelo CMS, informa que o 5º ponto de pauta foi aprovado por consenso, em
418 seguida informa sobre a VI Conferência Municipal de Saúde, que foi aprovada na reunião passada e que ficou
419 para esta reunião a discussão de data, de se tirar uma comissão para organizar esta Conferência, informa que
420 serão cinco inscrições para esclarecimentos. O Secretário Municipal Adjunto de Saúde, Dr. Apolo, diz que a VI
421 Conferência tem que ser realizada a curto prazo, se possível no 1º semestre, pois a SMSA tem pressa em debater
422 em Belo Horizonte, os problemas na área de Saúde e assistência médica, aproveitou o momento com relação ao
423 debate BH-Saúde, para que possa nesta Conferência tomar as decisões fundamentais dos problemas em BH,
424 informa que por parte da Secretaria tem que agilizar para no máximo até o mês de junho, já tenha sido realizado
425 esta Comissão e que se não houver muita contradição que seja nomeado uma comissão organizadora de forma
426 equilibrada com todos os participando. O conselheiro Antônio Gomes, diz que a Conferência sugere que seja
427 feita no mês de maio, porque também haverá uma discussão sobre o BH-Saúde, disse que seria interessante
428 porque fariam uma avaliação do BH-Saúde na Conferência. O conselheiro Evaristo Garcia questiona porque o
429 Ministério da Saúde ainda não cortou a verba, informa que já deveriam ter um plano desde que instalou o
430 Conselho, e que deveria ter um painel de nutrição e desnutrição, denuncia que muitas crianças estão com
431 Tuberculose no HC, que o número de Tuberculose é grande em BH, pede que se acrescente uma pauta ou um
432 painel sobre segurança alimentar. O conselheiro Geraldo Mossem, informa que achou o Dr. Apolo muito
433 entusiasmado com a VI Conferência e perguntou se ele se lembrava das propostas da IV, V Conferência
434 Municipal de Saúde e da Conferência Metropolitana de Saúde, inclusive da criação do Conselho Metropolitano
435 de Saúde, acha que se tivesse criado este Conselho teria resolvido uma série de questões, denuncia que ninguém
436 encaminhou as questões das Conferências anteriores, disse o Conselho é soberano para aprovar, discutir, fazer
437 Seminários nos distritos, nas regionais, denuncia que ainda estão encaminhando proposta de conferências
438 anteriores e que a ida para a VI Conferência ainda não tem motivação. A 1ª secretária Sônia, disse que nem plano
439 de saúde o CMS tem e que para implantar o BH-Saúde tem que ter um plano e a prioridade para esta Conferência
440 é em cima disto. A conselheira Ednéia Aparecida encaminha uma proposta, propôs três comissões, uma de
441 trabalho, uma de infra estrutura e uma de temática. A 1ª secretária Sônia, informa que encerraram-se as
442 inscrições, que o plenário votou cinco inscrições que foram: as dos conselheiros: Apolo, Evaristo Garcia,
443 Antônio Gomes, Geraldo Mossem e Ednéia Aparecida, alguns conselheiros questionam o número de inscrições e
444 querem sem inscritos, após uma consulta ao plenário se deve ter outros inscritos, todos concordam para que o
445 conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho e o conselheiro Cornelis abram inscrições. O conselheiro Paulo
446 Roberto Venâncio Carvalho diz que só queria lembrar sobre a deliberação na última plenária do Conselho que
447 teríamos um temário enxuto, que seria basicamente o poder essencial de BH e reforça que o conselheiro Geraldo
448 Mossem falou, que a VI Conferência será um momento para questionar porque não se cumpriu e quais foram os
449 motivos que não foi implementado, declara que tem que haver uma Comissão Organizadora com a participação
450 das regionais e marcar as conferências distritais, propõe nove nomes de alguns trabalhadores para compor a
451 comissão organizadora e cita os nomes de: Rogério, Cristina, Rosseli, Betânia, Silvio, Marlene e Paulo Roberto
452 Venâncio Carvalho. O conselheiro Cornelis diz que para agilizar a conferência, considerando que deveria ter
453 ocorrido no ano passado, sugere que a SMSA, tem que convocar uma conferência extraordinária imediatamente.
454 A 1ª secretária Sônia Santos diz que tem que se tirar a comissão, como o conselheiro Paulo Roberto Venâncio
455 Carvalho leu o nome de sete trabalhadores presume-se que a proposta é de seis representantes para a comissão,
456 ou seja, seis usuários, seis trabalhadores, seis governos, seis gestores, ou seja, seis pessoas de cada representação,
457 já que é paritário. O conselheiro José Osvaldo, questiona a mesa sobre a lei, diz estar errado, que paritário é
458 diferente em relação ao usuário e que se for consenso, seis representantes de usuários, trabalhadores, gestores,
459 governos não é paritário é igual. O conselheiro Sebastião diz que uma comissão de 18 pessoas é muita gente, não
460 tem necessidade, propõe que seja 04 representantes de cada. A 1ª secretária Sônia Santos, informa que tem uma
461 proposta da mesa de 06 pessoas e a outra proposta é a do conselheiro Sebastião que é de 04 pessoas, pergunta se
462 tem alguém com outra proposta. A funcionária Rosalina informa que a paridade que a lei determina de usuários
463 com relação ao conjunto de demais segmentos é a paridade para a participação, porém acha saudável que esta
464 paridade fosse garantida nesta comissão, que 50% seja de usuário e outros 50% por outros segmentos. O
465 conselheiro Sebastião retira a proposta e concluiu que a comissão seria de 24 pessoas. A proposta da Rosalina foi
466 aprovada por consenso. A 1ª secretária Sônia, pede que cada segmento escolha os seus representantes, informa o
467 próximo ponto de pauta que é a retirada de delegado a Comissão Organizadora do Orçamento Participativo da
468 Cidade e informa que foi encaminha a Secretaria Executiva que o Conselho tem direito a mais dois
469 representantes, um trabalhador e um usuário para esta Comissão, sendo que para cada um efetivo terá um
470 suplente, pede que os trabalhadores indiquem e encaminhem para a Secretaria Executiva do CMS e o mesmo
471 seja feito os usuários, todos concordam, em seguida lê outro ponto de pauta que é a discussão sobre o jornal da
472 SMSA, informa que o ponto foi pautado em função de uma proposta do conselheiro José Bonifácio, que na
473 realidade foi discutida na mesa do CMS e a mesma achou inviável, a proposta é que qualquer divulgação que a
474 SMSA fosse publicar que fosse para o Jornal dos Conselhos, informa que é ilegal o CMS impedir ou proibir, que
475 este foi o motivo da discussão sobre a questão para uma reavaliação. O Secretário Municipal Adjunto de Saúde,

476 Dr. Apolo, informa que recebeu uma informação que o jornal da SMSA esta sendo ilegal por estar sendo
477 financiado com o dinheiro da AIDS e informa que se prontificou e pediu a Paola que acompanhasse todo o
478 processo para esclarecer o que aconteceu, e que será apenas um informe, diz também que o 2º número do jornal
479 vai sair semana que vem e o 3º será dentro de 30 dias. A participante Paola, informa que tinha um convênio com
480 o Ministério da Saúde para gastar o recurso com prevenção, publicação e divulgação da AIDS. Informa que já
481 estava sendo elaborado o Jornal BH-Saúde e o prazo para gastar o recurso estava findando, estavam no início do
482 mês de julho e o recurso teria que ser gasto até o final do mesmo mês, informa que foi feito uma consulta ao Dr.
483 Pedro Chequer que é o Coordenador Nacional da AIDS e ele autorizou que fosse feito esta despesa ou seja
484 pagaria as edições dos jornais que iriam sair com o compromisso da Secretaria em estar colocando matérias que
485 abrangesse o tema da AIDS, que assim como foi feito o pagamento para o Jornal Saúde também foi feito o
486 pagamento para as seis edições do Jornal do CMS e que isto não fosse feito o recursos seria devolvido para o
487 Ministério da Saúde. O conselheiro José Osvaldo, coloca que não cabe ao CMS, determinar se a SMSA deve
488 soltar ou não informativo, isto é uma coisa legal, discorda do conselheiro José Bonifácio e que todo setor de
489 governo e secretarias tem o seu informativo e que inclusive os recebem em casa como a SUDECAP, URBEL e
490 etc., acha que a SMSA tem o mesmo direito como o CMS e que o espaço do Jornal dos Conselhos é para o jornal
491 do CMS e se a SMSA quiser mandar alguma matéria para o Jornal dos Conselhos ela pode mandar, mas
492 necessariamente o jornal não tem que representar a Secretaria e sim representar os segmentos trabalhadores,
493 usuários, governo e prestadores, informa que o Jornal da SMSA vai colocar o que ela acha que é interessante do
494 ponto de vista dela e o Jornal dos Conselhos é mais de debate, de indicação e declara discordar totalmente a
495 proibição da SMSA de soltar o jornal e completa dizendo ser ilegal esta posição. O conselheiro Evaristo Garcia,
496 declara ser importante a discussão pois, demonstra o controle dos gastos, denuncia que o ex-governador Eduardo
497 Azeredo, gastou milhões em publicidade que as empresas estão falindo, e que o mais cresceu foram as empresas
498 de publicidade às custas dos recursos que seriam para obras sociais, informa que com essa discussão, a seriedade
499 é confirmada, questiona o custo do Jornal do Conselho, porém confirma que o jornal tem que sair. A funcionária
500 Rosalina esclarece que no dia da discussão da mesa diretora, foi passada a informação que o Conselho aprovou,
501 mas a proposta do conselheiro José Bonifácio não chegou a ser votada, informa que ontem concluiu a ata e
502 realmente a proposta não chegou a ser votada, diz que não se trata de rever uma votação que não foi feita. O
503 conselheiro Antônio Gomes diz que o CMS e a Secretaria de Comunicação tem que ocupar todo seu espaço, que
504 a Secretaria também tem o mesmo direito, pois estamos numa democracia, porém não deve deixar fazer coisas
505 ilegais, e que tem sim é que fiscalizar. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho através dos
506 esclarecimentos quer saber qual a origem da verba da publicidade do Jornal da SMSA e pede que se coloque em
507 ata da reunião do CMS. Em seguida Paola coloca que é verba do convênio da AIDS sim porém o recurso da
508 AIDS é colocado para a prevenção que inclusive está sendo proposto um segundo convênio para 1999 e que será
509 o último convênio, explica que o Ministério da Saúde está forçando que os municípios que tenham o convênio,
510 façam a Campanha de Prevenção, que significa, além de atuar com atividades de prevenção como compra de
511 camisinha, também repassar e divulgar a informação à população através de um folheto, de um jornal, em fim
512 outro meio que chegue estas informações à população, diz que tinham um mês para gastar o recurso, pois o
513 Banco Mundial não estava aceitando um outro convênio, pois ninguém estava gastando e completa justificando
514 que por isto não iriam gastar o dinheiro de uma forma aleatória e sem objetivo, diz que a proposta foi aprovada
515 pelo coordenador Nacional e o mesmo respondeu que esta consulta era desnecessária, pois o objetivo esta sendo
516 alcançado que era divulgar informações sobre a AIDS. O conselheiro José Bonifácio esclarece que é necessário
517 que haja um espaço na abertura da plenária para as comunicações, que se isto tivesse ocorrido a comunicação
518 que o recurso da AIDS está autorizado a confecção do jornal como meio de divulgar a prevenção da AIDS não
519 tinha ocorrido a discussão sobre o jornal, afirma que todos os órgãos tem o direito de ter o seus veículos de
520 comunicação, como o dinheiro é para a AIDS e foi autorizado para a comunicação, a falha foi não ter avisado o
521 Conselho, completa dizendo que dado os esclarecimentos, não existe proposta de discussão do jornal. O
522 conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho mantém sua proposta. O conselheiro Luciano informa que quer
523 fazer um esclarecimento técnico, diz que existe uma programação orçamentária que é feita todos os anos em
524 relação ao POA da AIDS, o POA tem a sua verba carimbada seja para prevenção, para assistência e para as
525 ONG's, isto é feito anualmente, a coordenação municipal tem a programação, informou que agora virá a
526 adoção orçamentária do POA – 2, após o carnaval, a verba existente só poderia ser feita para divulgação
527 impressa, disse que a abordagem foi legal, não está usando dinheiro de medicamento, pois a adoção
528 orçamentária para medicamento é usada para medicamento, de publicidade para publicidade. O Secretário
529 Municipal Adjunto de Saúde, Apolo, diz que a reunião de hoje foi muito boa, apesar do tumulto inicial, houve
530 aprovação de várias coisas, declara que se fique a impressão final, que seja sempre assim e provou que pode ser
531 terminada às 17:00 horas, disse a importância de todo mundo estar presente como hoje, e ter tomado decisões
532 respeitáveis e que a reunião de hoje fique como marco de uma mudança no Conselho, se refere à fala da
533 conselheira Anadil dizendo que quando há pessoas que cometem falhas, merecem críticas e que se deve olhar
534 daqui para frente que não deve haver uma relação paternalista nas reuniões, pois todos são companheiros, não
535 existem pais, nem filhos, que o SUS pertence ao povo e para que o SUS seja implantado tem que ser
536 reformulado constantemente, completa dizendo que o Programa BH-Saúde vem aí para isto e com certeza terá o
537 apoio de todo o Conselho, em seguida justifica que irá se retirar pois terá que buscar seu filho na escola. O
538 conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, faz intervenção dizendo não restar dúvida que a verba é para
539 divulgar a questão da AIDS, porém denuncia que o jornal teve um acabamento caríssimo com oito cores, e fala
540 somente uma página de AIDS, que esta é a questão, questiona que se tem que gastar a verba com isto ou se pode
541 gastar também com a promoção da AIDS, informa que independente do que for votado na reunião, o
542 SINDSAÚDE, Sindicatos dos Médicos, Conselho Regional de Medicina irão entrar no Ministério Público
543 questionando esse processo, já com a cópia do jornal, pede ao Conselho que não libere que essa verba da AIDS

544 seja feita com este jornal, diz que o Jornal do Conselho é de uma cor só e que o Jornal da Secretaria tem oito
545 cores e que será uma aberração se aprovar num momento de falta de verba, se gastar um dinheiro desse com a
546 finalidade de política partidária. O conselheiro José Osvaldo esclarece que apesar de não ser o coordenador da
547 CTC, participou da reunião da Câmara Técnica juntamente com a Paola e o Secretário Adjunto, Dr. Apolo e
548 ficou acertado a questão do Jornal dos Conselhos e informa que nesta mesma reunião a Paola explicou
549 justamente o que foi colocado hoje em reunião ou seja: a liberação pelo coordenador, informa que o Jornal do
550 Conselho foi feito com a verba da AIDS e que a CTC faltou com os conselheiros através de cartas explicando, a
551 Câmara Técnica assumiu, e se o conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho amanhã irá entrar no Ministério
552 Público, o Conselho também será chamado. Em seguida Paola, informa que foi chamada para reunião porque o
553 Conselho foi até o gabinete para solicitar recurso para o Jornal do Conselho, explica que na época tinha relatado
554 para o Dr. Apolo que o convênio estava acabando e que teria recursos para se gastar com publicidade, a análise
555 que tinha que se fazer é que a SMSA tinha dois projetos, que independente da verba da AIDS ele iriam sair, que
556 era o Jornal dos Conselhos e o Jornal BH-Saúde, pensaram nos problemas financeiros que estavam e teriam que
557 devolver o recurso, a solução foi usar o recurso para os jornais, ou seja o pagamento dos jornais, declara que
558 nunca fariam isto se tivesse saindo de uma ilegalidade, na prestação de contas do convênio que já foi feito e não
559 foi constatado nenhuma irregularidade quanto na forma legal de se fazer a despesa, foi pensando num momento
560 de déficit financeiro que estavam fazendo, informa que não tinha dinheiro no fundo e que se tinha dinheiro
561 disponível para gastar com isto, não tinha nada mais correto, fazer esta despesa, lembra aos presentes que se não
562 houvesse essa verba o fundo teria que arcar com recursos próprios para o Jornal dos Conselhos e o Jornal BH-
563 Saúde, informa que iria estar tirando dinheiro da mesma forma, porém estariam tirando o dinheiro dos
564 medicamentos. A funcionária Rosalina pede esclarecimentos pede esclarecimento à Paola indagando sobre a
565 prestação de conta que já foi feita, pergunta se consta nesta prestação a elaboração dos dois jornais e se isso foi
566 prestado conta ao Conselho, a CTF e também aos convênios da AIDS. A conselheira distrital Cristina, diz que
567 gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Apolo, porém como ele se retirou, questiona a Paola, dizendo que recebeu
568 medicamentos alguns dias nos postos e que faltou grande maioria dos medicamentos considerados crônicos
569 como Mepedipina, Metildopa, etc., diz que a justificativa que deram é que a Secretaria está em déficit, em
570 falência, fala também do folheto feito pela SUDECAP, questiona que o folheto é grosso, é caro e se quando ele
571 chega ao usuário ele se interessa por isto, ou se não seria melhor investir o dinheiro que se tem no controle de
572 fato, como por exemplo, fazer vídeo e não jornal que gastou tanto dinheiro, a Secretaria tem pensar muito nos
573 gastos. A 1ª secretária Sônia informa que se façam somente perguntas ou esclarecimentos. A conselheira Laraene
574 pergunta qual a possibilidade desta verba ser gasta inicialmente só com este jornal, que está a caminho e que o
575 restante da verba seja usado para a produção de vídeos esclarecedores, justifica a sua pergunta dizendo que a
576 população não tem o hábito de ler e que com vídeos falando sobre camisinha, planejamento familiar, doenças
577 sexualmente transmissíveis, hipertensão será uma educação mais perto com a educação, questiona a função
578 informativa do jornal. Paola responde dizendo que quanto à prestação de contas, é feita à Câmara Técnica,
579 obedecendo à resolução, que isto não faz parte do relatório financeiro, explica que quando a ela é perguntado
580 qualquer coisa que não conste no relatório é levado para acompanhamento e discussão, se o Conselho quiser
581 formalizar é só fazer que será prestado conta, quanto a alterar uma verba que já foi paga, não tem jeito pois já
582 foram pagos cinco edições deste jornal assim como foram pagas seis edições do Jornal dos Conselhos e não pode
583 transferir este recurso para camisinha, tem uma verba específica para cada coisa, verba para medicamento, verba
584 para preservativo e verba para publicidade, verbas estas que não podem ser transferidas e lembra que existe uma
585 coordenação de AIDS, no nível central, nos Postos de Saúde e nos distritos que trabalham a questão da AIDS,
586 toda e qualquer proposta tem que ser levada para esta coordenação, que por sua vez fará o projeto para o ano
587 inteiro, existe pessoas que trabalham nesta coordenação que ficam analisando, como vai ser gasto este dinheiro e
588 que o dinheiro não chega na central e o Secretário decide o que ele quer fazer, as despesas não saem do gabinete,
589 saem de uma coordenação que está próxima da população e que está sentindo as necessidades. Esclarece que
590 para o convênio de 1999, a verba virá carimbada e o que vai vir de preservativos, não dará para cobrir nem a
591 metade da demanda do município, justifica dizendo que o Ministério da Saúde só libera uma certa quantidade
592 que insuficiente para tal, explica que a SMSA tenta com um discurso político do secretário, falando que não está
593 tendo verba para pagar material de laboratório, diz que o secretário tentou transferir a verba de publicidade para
594 laboratório, mas não conseguiu e justifica porque o convênio é voltado para prevenção e divulgação e não para
595 combater a doença já existente, explica que a prestação de contas constou a nota fiscal do contexto e já que é
596 uma prestação de contas futuras e a Secretaria se compromete enviar o serviço prestado, a coordenação já
597 recebeu a prestação de contas, não teve nenhum esclarecimento e está aguardando a resposta do serviço prestado,
598 até porque o MS depois pode não aceitar o serviço e pode cobrar do Fundo Municipal de Saúde em
599 ressarcimento. A conselheira Dalva esclarece que é conselheira e trabalha no setor Financeiro da SMSA, mas
600 não tem autorização da Secretaria e nem está dando aval como conselheira até porque questiona a questão do
601 jornal. A 1ª secretária Sônia cita os nomes dos conselheiros que darão esclarecimentos: conselheiro Evaristo
602 Garcia, Marilza e Joana. O conselheiro Evaristo Garcia diz que se a Secretaria tivesse usado o recurso em mídia,
603 como a Globo, Estado de Minas, talvez as pessoas que estão questionando a questão não estariam tão
604 “ouriçadas”, afirma que o jornal está sobre o controle do Conselho e questiona o custo do jornal, com relação a
605 pauta diz que é revanchismo contra o Secretário Marílio Malagutti, que quando diretor do Pronto Socorro como
606 direito de greve, o atual secretário não deixou. A conselheira Marilza afirma que fica preocupada com os gastos
607 da verba para o HIV com publicidade em um jornal que tem uma página do HIV, informa que hoje o maior
608 grupo de AIDS são as mulheres e as casadas, condena a publicidade de AIDS na televisão, pois acha que é para
609 informar para turista que no país existe um controle do HIV, para que possa acontecer o turismo sexual, acha que
610 essa verba tem que ser investida no próprio jornal, pois já estão pagos, pois irá investir num grupo social que irá
611 dar mais resultados. O conselheiro João Athayde diz que recurso orçamentário não pode ser mudado, informa

612 que não se está tirando recurso que é destinado para a AIDS, informa que o Conselho discutiu com a mesa
613 diretora e o assunto terá que ser rediscutido no Conselho, que votaram no orçamento que irão colocar em votação
614 e discussão no Conselho, que os conselheiros terão que participar da elaboração do orçamento, porque ao
615 elaborar o orçamento, o Conselho poderá definir as prioridades para a saúde de acordo com o ponto de vista
616 como representante da comunidade. O conselheiro Antônio Carlos, complementa a fala do conselheiro João
617 Athayde questionando o montante da verba, diz que foi somente uma página de AIDS que o preço está muito
618 alto, informa que a proposta feita em se fazer vídeos para serem usadas na comunidade é muito importante, e se
619 no posto de saúde o qual pertence não tiver isto, ele implantará esta coordenação lá, que o Conselho participe da
620 divisão de propaganda, não acho certo ter jogado tudo no jornal sem ter consultado o Conselho, diz que é da
621 Câmara Técnica e não estava presente e assustou quando viu, diz que jamais concordaria fazer uma página do
622 Jornal dos Conselhos com esta verba, o Conselho tem que ter uma verba garantida para fazer o jornal com
623 orçamento próprio. Diz que o Conselho não precisa ficar mendigando para o Secretário, declara que irá exigir
624 que antes de ser feito qualquer discussão que o Conselho participe para que melhor se distribua esse dinheiro,
625 declara querer saber o preço, quanto foi a verba. A conselheira Joana endossa as palavras do conselheiro Antônio
626 Carlos e pergunta se discutindo esta verba não poderá em vídeo chegar aos Postos de Saúde e repartições
627 públicas, locais onde existe maior aglomeração de pessoas e completa que na rede Minas principalmente. A 1ª
628 secretária, Sônia Santos, informa a proposta de encaminhamento do conselheiro Geraldo Mossem, que diz existir
629 pontos divergentes, completa a fala dizendo que a Paola falou que já foram pagas as seis edições de cada jornal,
630 oito do jornal dos conselhos e dois do jornal da Secretaria, denuncia a diferença de qualidade entre os dois
631 jornais com relação à impressão gráfica e outras questões, que são básicas até na leitura à favor do jornal da
632 Secretaria, propõe então: 1 – que esta questão seja remetida à CTC, CTF para prestação de contas de todas as
633 edições dos jornais e que a qualidade desses jornais seja discutida, principalmente o Jornal dos Conselhos, na
634 Câmara Técnica, para que haja no mínimo uma equiparação de qualidade. Denuncia que nem os conselheiros
635 estão lendo o jornal devido a qualidade, que deixa a desejar. Paola informa que as oito edições do jornal ficou
636 em R\$ 48 mil reais, informa que a princípio foi feito um orçamento com outra empresa que cobrou o mesmo
637 valor por cinco edições, e que conseguiram com outra empresa de qualidade melhor um número maior de
638 edições pelos mesmos R\$ 48 mil reais ou seja oito edições. Informa quanto à qualidade tem que se verificar duas
639 coisas que a SMSA possui uma assessoria de comunicação que trabalham em tempo integral, diz que são
640 profissionais que trabalham pesado para a elaboração final do jornal, diz que quanto a pessoa que está
641 trabalhando no Conselho, a época na reunião foi indagado como estavam as pessoas que trabalhavam lá sabiam
642 que eram estagiários, que trabalhavam no Jornal dos Conselhos e que tem uma pessoa trabalhando como
643 voluntário também para o Conselho, informa sobre a necessidade de uma avaliação das qualidades, pede que se
644 faça uma análise melhor, que até para fotos do jornal da Secretaria existe um profissional que presta serviço para
645 que as fotos saiam boas, a qualidade dos profissionais da área é que fazem a diferença na qualidade do produto
646 final. Com relação a qualidade do jornal ou seja do papel usado, informa que o Jornal do Conselho é feito pelo
647 FUMARC e o jornal da Secretaria é feito pela Editora Sempre (Jornal o Tempo), informa que com relação ao
648 preço, também é diferente em função da aprovação do Jornal dos Conselhos ter sido anteriormente fechado com
649 a FUMARC e quando foi se fazer o Jornal BH-Saúde foi outra cotação de preço, ficou inclusive um valor
650 inferior e foi fechado como “Jornal o Tempo”. Informa que o Jornal dos Conselhos ficou entre 7 e 8 mil reais e o
651 Jornal BH-Saúde ficou em R\$ 48 mil, oito edições. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho declara
652 que acha que houve propostas de se enviar às Câmaras Técnicas diz que este tipo de assunto não tem que ser
653 discutido no Conselho, da forma que está sendo gasto, se tivesse uma Comissão para aferir as matérias, o tipo de
654 forma como os materiais serão, poderiam definir, declara não ter sido ele que colocou a discussão em plenário, o
655 Conselho não deve permitir que se use a verba inadequadamente para se fazer publicidade inadequada, diz não
656 ser contra fazer publicidade partidária, porém o grande problema não está sendo gastar com a AIDS e sim gastar
657 somente uma folha com a AIDS, e o resto do jornal com propaganda política, que vai votar neste prefeito que irá
658 planfetar pelo prefeito Célio de Castro amanhã ou depois se ele for candidato, porém acha um absurdo gastar
659 uma verba carimbada como esta da AIDS e isto vai se levar a uma discussão que levará a abrir uma precedente
660 incomparável, o Jornal dos Conselhos é diferente, por ser um jornal a político fechado em cima de propostas de
661 saúde, do que uma coisa partidária, diz não ser contra nem a favor do prefeito Célio de Castro e sim como a
662 forma, como foi feito o Jornal da Secretaria, diz que o jornal é super qualificado, num momento em que a SMSA
663 está passando por uma série de dificuldades e conclui que a proposta de encaminhamento seja votada na reunião
664 e que se feche completamente a verba da AIDS, com o jornal. A 1ª secretária Sônia Santos, informa que tem três
665 propostas em seguida informa que uma das propostas veio por escrito pela conselheira Ednéia, chamamos de
666 proposta 1 – que seja encaminhado ao CMS uma auditoria pública, informa que esta proposta 1 também é a
667 mesma do conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho encaminhou, ou seja que seja feito uma denúncia ao
668 Ministério Público e que o MP avaliasse, proposta 2 – encaminhar a CTF e CTC sobre o assunto do jornal e que
669 as Câmaras Técnicas dê o parecer e proposta 3 – que a divulgação sobre a AIDS não fique somente em uma
670 página do jornal que seja ampliada, pergunta ao plenário se há mais propostas. O conselheiro Paulo Roberto
671 Venâncio Carvalho coloca como proposta 4 – que o plenário vote contrário à publicação do Jornal BH-Saúde, ou
672 seja, não aprovar o Jornal da Secretaria. Neste momento a Paola informa que o jornal já está pago e que não tem
673 jeito de reverter a situação. O conselheiro Antônio Carlos pede a Paola um esclarecimento, se a partir de
674 fevereiro já está fechando. Paola responde que foi fechado um pacote de oito edições por R\$48 mil reais, que já
675 está tudo pago e informa que a partir de agora para frente cabe ao CMS aprovar ou não este tipo de
676 encaminhamento, que parte do CMS participou desta negociação, cita o conselheiro José Osvaldo, disse nesta
677 reunião que assume que a parte que ele participou, aquela reunião de negociação, em seguida pergunta aos
678 conselheiros o que o Conselho quer? Se é uma intervenção maior, ou se tem que atuar melhor na coordenação. O
679 conselheiro José Osvaldo propõe acabar com a CTC, informando pois, se a mesma tem uma competência de

680 fazer uma negociação e fizeram; cita o conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, e duvida que o mesmo vai
681 entrar no Ministério Público, que está desautorizando o que a Câmara Técnica negociou, que pode até ter errado,
682 porém tinham todas as informações e foi feita a negociação. O conselheiro Geraldo Mossem, diz que ser uma
683 questão de ordem na fala da Paola, diz discordar totalmente, porque o CMS é composto por Câmaras Técnicas e
684 como o plenário vai votar uma questão se quer foi discutida amplamente na CTF e CTC, a proposta de estar se
685 encaminhando isto para a Câmara Técnica é para dar subsídios necessários de votação e completa dizendo que só
686 assim vão dar o sim ou não. A conselheira Anadil, pede que Paola esclareça após a publicação da oitava edição
687 do Jornal BH-Saúde, como será financiado o novo jornal e se será novamente com o dinheiro da AIDS. Neste
688 momento o conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, dirige-se ao conselheiro José Osvaldo, dizendo que
689 quem viver, verá, que nunca duvidou da palavra do conselheiro, nunca chamou de mentiroso, acredita no
690 conselheiro e confirma o que disse anteriormente, pede que seja retirado a sua proposta pois acha um absurdo,
691 ridícula o conselheiro dizer que autorizou e negociou e que a Câmara Técnica tem autonomia de autorizar gastos
692 de verbas carimbadas da AIDS, para fazer jornal, completa dizendo que se a Câmara Técnica tivesse
693 independência, acabaria o plenário, não precisaria mais votar em plenário, não precisaria de mais nada e mais
694 uma vez dirige sua palavra ao conselheiro José Osvaldo que o mesmo precisa conhecer melhor o Regimento
695 Interno do CMS e pede também que respeite os atos das pessoas. Em seguida a 1ª secretária Sônia informa a
696 proposta de encaminhamento do conselheiro Artur. O conselheiro Artur esclarece que quando se fala em
697 educação e prevenção não se fala no amanhã, diz que infelizmente a nossa população é pobre e não podem
698 comprar jornal, isto se faz com que não tenha o hábito da leitura, informa que no Posto de Saúde do qual é
699 gerente, na favela, os jornais ficam amontoados à disposição dos usuários, declara que tudo bem, que o dinheiro
700 já tinha sido gasto em jornal em função da urgência do gasto, mas diz que o CMS tem pensar de uma forma que
701 as coisas cheguem mais rápido à população, informa que gostaria de ter no Posto de Saúde, o qual é gerente,
702 vídeos, planejamento familiar, acha que os vídeos poderão ser levados aos Sindicatos, as praças públicas e em
703 escolas, proponho uma central de produção de vídeos da SMSA para fazer vídeos adequados à população. A
704 conselheira distrital Cristina, diz que quer falar mais para o conselheiro José Osvaldo que tem todo o respeito e
705 carinho pelo conselheiro e pelo conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho e informa que o conselheiro Paulo
706 Roberto Venâncio Carvalho, colocou muito bem, que não tem que discutir nada, que todas as discussões das
707 Câmaras Técnicas sejam trazidas para serem discutidas no CMS, já participou da CTRH e que se discutiu muito
708 a questão da eleição para gerente, que só houve polêmica e nunca foi decidido nada, que todas as propostas que
709 eram trazidas de vários segmentos eram trazidos para o CMS, disse que o ataque que houve entre os conselheiros
710 José Osvaldo e Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, pessoas que tem grande respeito do Conselho são pessoas
711 sérias, por uma questão de governo acabam brigando entre si. Em seguida refere-se ao conselheiro José Osvaldo
712 que quer união com ele e não briga, e tem que estar discutindo na Câmara Técnica e trazer para o Conselho,
713 propõe que todas as propostas das Câmaras Técnicas sejam discutidas e resolvidas no CMS. A conselheira
714 Ednéia, representante do movimento popular, trabalha na associação comunitária do Conjunto Taquaril, que até
715 agora não houve melhor divulgação do que BH-Saúde, porque a periferia está discutindo qual o projeto que a
716 prefeitura vai implantar, afirma que todos estão lendo o jornal, que o jornal foi muito bom para divulgar a AIDS
717 na periferia. Paola faz proposta para que o CMS chame a coordenação do DCAS, a coordenação de AIDS para
718 trazer para o CMS a programação orçamentária do convênio POAQ, que o recursos ainda não veio, mas que já
719 tem toda uma programação orçamentária feita, que o Conselho analise todas as propostas que a coordenação
720 propôs, para que o Conselho “Polície” se está tudo sendo executado, dar sugestões, mudar algum projeto, explica
721 que é para chamar a coordenação não só da AIDS e sim para qualquer convênio. A 1ª secretária Sônia, pergunta
722 se quem propôs a denúncia de levar ao Ministério Público se mantém a proposta, a resposta foi negativa, em
723 seguida fez a leitura das propostas da reunião chamando de proposta 1 – Encaminhar a CTC e CTF para que
724 estas tragam pareceres com propostas para o Conselho avaliar, votar e deliberar; 2 – Ampliação da divulgação da
725 prevenção da AIDS no jornal, nas próximas edições e que a verba também seja inserida em vídeo com os
726 seguintes conteúdos: planejamento familiar, DST, gravidez na adolescência, hipertensão arterial, diabetes e etc.;

727 3 – Trazer a comissão DSAS, para discutir a programação orçamentária de qualquer convênio, após a leitura
728 coloca em votação a proposta 1 que é aprovada por consenso, em seguida a proposta 2 é colocada em votação e a
729 conselheira Laraene coloca em destaque e diz que o conteúdo da proposta é que os R\$ 48 mil reais dessas oito
730 edições sejam usadas ainda neste momento no programa atual e se não tiver jeito informa que quem negociou
731 terá que dar seu jeito, diz parecer que o Conselho está negociando que os R\$ 48 mil reais vão para o jornal e
732 depois se verá como ficará a questão, a proposta é aprovada por consenso. Em seguida a 1ª secretária Sônia,
733 coloca em votação a proposta 3 e é aprovada por consenso, em seguida faz a leitura de uma observação feita pela
734 conselheira distrital Cristina: “que as discussões das Câmaras Técnicas que sejam discutidas na Secretaria mas
735 que sejam encaminhadas pelo Conselho para que possa deliberar, informar ser somente observação. A
736 conselheira Janine questiona que na última reunião do CMS ficou de marcar uma audiência com o prefeito e
737 pergunta se esta discussão vai ser feita agora ou se vai deixar para próxima reunião. A 1ª secretária Sônia
738 informa que a mesa vai encaminhar à Secretaria Executiva para que seja marcado essa audiência. Nada mais
739 havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada será assinada
740 pela 1ª secretária e pelo 2º secretário. Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 1999.

741 TDSP/VLD